



GRUPO PARLAMENTAR

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CACDLG	
N.º Único	339419
Entrada/Sessão	n.º 188 Data: 28/2/2011

Approvado na reunião da CACDLG de 2.3.2011 (sem deliberação sobre o pedido de realização à porta fechada, que foi decidido dever ser precedido de consulta ao Senhor Procurador-Geral da República), com a seguinte votação: A Favor = PSD e BE

Abstenção = PS, CDS/PP e PCP, na ausência do PSL.

Assunto: Requerimento para audição do Senhor Procurador-Geral da República

No passado dia 20, o Senhor Procurador-Geral da República, Conselheiro Pinto Monteiro, disse, em entrevista ao programa "Gente que Conta" (DN/TSF), que "há escutas ilegais em Portugal" para, mais à frente, afirmar que a "República tem de arranjar leis que a defendam. E uma das leis que a defendam é criar um sistema eficaz de controlo. Esse sistema não existe!" para terminar declarando "(...) **estou a falar é de escutas ao nível do aparelho do Estado**".

Destas declarações, resulta claro que a preocupação maior – mas não exclusiva - do Procurador Geral da República está centrada em escutas, ilegais, praticadas por entidades do aparelho do Estado, que não o Ministério Público.

O Governo é o órgão superior da administração pública e o Primeiro-Ministro é, nos termos legais, o vértice do sistema de informações da República.

Estas declarações vindas do responsável máximo da hierarquia do Ministério Público – e recorde-se que é ao Ministério Público que compete, nos termos constitucionais, o exercício da acção penal e a defesa da legalidade democrática – são extremamente graves e preocupantes num Estado de direito democrático como o nosso.

Distribuído
28-02-2011
Adm.



GRUPO PARLAMENTAR

Impõe-se, assim, a imediata e urgente audição do Senhor Procurador-Geral da República na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para que possa explicar as suas afirmações.

Atendendo à natureza da matéria em causa que exige ser tratada com reserva, requer-se que a audição seja feita à porta fechada.

Assim, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição, nesta Comissão, à porta fechada, do Senhor Procurador-Geral da República.

Palácio de São Bento, 28 de Fevereiro de 2011

Os Deputados do PSD,